

SAÚDE DA MULHER

Edição XXVIII

Capítulo 12

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO E ANTICONCEPÇÃO: A LIBERDADE E O EMPODERAMENTO FEMININO SOBRE O PRÓPRIO CORPO

JULIE DE JESUS AZEVEDO MONTEIRO¹

KAROLLINY SILVEIRA SCHOTT¹

MARIANA VIEGAS BOIEIRO¹

MARIA RITA JARDIM DA SILVA¹

NATHÁLYA NUNES DIAS¹

ANDRÉ GUAYANAZ LAURIANO²

RAQUEL DIAS BOTELHO BORBOREMA²

STEPHANIE VANESSA PENAFORT MARTINS CAVALCANTE²

BIANCA DARGAM GOMES VIEIRA³

DIEGO PEREIRA RODRIGUES³

VALDECYR HERDY ALVES³

¹Discente – Enfermagem da Universidade Federal Fluminense.

²Discente – Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde da Universidade Federal Fluminense.

³Docente – Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Universidade Federal Fluminense.

Palavras-Chave: Planejamento Reprodutivo; Anticoncepção; Saúde da Mulher.

DOI

10.59290/1902692500

EDITORIA
P PASTEUR

INTRODUÇÃO

O planejamento reprodutivo e o acesso à anticoncepção ocupam um lugar central na construção da autonomia feminina no Brasil. Esses elementos influenciam não apenas as escolhas sobre a própria fertilidade, mas também a trajetória educacional, profissional e social das mulheres (MACHADO *et al.*, 2025; BRANDÃO *et al.*, 2024). A contracepção, por sua vez, funciona como um instrumento que permite decisões mais livres e conscientes (BRANDÃO *et al.*, 2024), de forma que cada mulher possa exercer seus direitos sexuais e reprodutivos de acordo com suas necessidades e desejos, sendo o planejamento familiar um direito legalmente garantido (MACHADO *et al.*, 2025).

Ao possibilitar o controle sobre quando e se desejam engravidar, métodos contraceptivos eficazes contribuem diretamente para a redução das gestações não planejadas (MACHADO *et al.*, 2025), que ainda afetam de forma desproporcional mulheres com menor escolaridade, menor renda e em situação de vulnerabilidade (NILSON *et al.*, 2023). A prevenção de gestações indesejadas é considerada uma das formas mais custo-efetivas de reduzir a mortalidade materna e evitar complicações (NADEEM *et al.*, 2021). O fenômeno da gestação não planejada na adolescência leva à evasão escolar e à restrição de oportunidades futuras, o que demonstra que a anticoncepção também se torna uma ferramenta de proteção social e empoderamento feminino (MACHADO *et al.*, 2025).

Além disso, muitos métodos oferecem benefícios adicionais, tal como o controle do ciclo menstrual, melhora de sintomas hormonais e maior sensação de segurança, sendo o sentimento de segurança e conforto o principal fator de satisfação com o método atual (BRANDÃO

et al., 2024), reforçando ainda mais sua importância na qualidade de vida.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho se debruça sobre a temática “planejamento reprodutivo e anticoncepção: a liberdade e o empoderamento feminino sobre o próprio corpo”, buscando responder à seguinte pergunta norteadora: como o planejamento reprodutivo e a anticoncepção promovem a liberdade e o empoderamento feminino das mulheres brasileiras?

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi sintetizar e analisar criticamente produções científicas sobre o planejamento reprodutivo e a anticoncepção como instrumentos de liberdade e empoderamento feminino no contexto brasileiro. A revisão integrativa foi escolhida por permitir a reunião, a avaliação e a interpretação sistemática de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, possibilitando uma compreensão ampliada do fenômeno investigado.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Base de Dados de Enfermagem (Bdenf-Enfermagem), ambas acessadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O período de realização da pesquisa compreendeu os dias 21 de novembro a 12 de dezembro de 2025.

A formulação da questão norteadora orientou todas as etapas do estudo. Para a definição da estratégia de busca, adotou-se a estratégia PICO, na qual P (População) correspondeu às mulheres, I (Interesse) ao planejamento reprodutivo e à anticoncepção, e Co (Contexto) à liberdade e ao empoderamento feminino.

Os descritores foram selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, resultando na seguinte estratégia de busca: (“Mulheres” *OR* “Saúde da Mulher”) *AND* (“Planejamento Familiar” *OR* “Planejamento da Fecundidade” *OR* “Planejamento reprodutivo” *OR* “Direitos reprodutivos” *OR* “Anticoncepção Hormonal” *OR* “Contracepção Hormonal”) *AND* (“Autonomia Pessoal” *OR* “Autonomia” *OR* “Liberdade” *OR* “Empoderamento” *OR* “Empoderamento feminino”).

Foram identificadas inicialmente 45 publicações. Como critérios de inclusão, consideraram-se: artigos disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa, no período de 2020 a 2025 e que abordassem diretamente o planejamento reprodutivo e/ou a anticoncepção sob a perspectiva da autonomia, da liberdade ou do empoderamento feminino. Os critérios de exclusão compreenderam estudos duplicados, bem como aqueles que não atendiam à temática da pesquisa.

Após a aplicação dos critérios, 19 estudos foram selecionados para leitura na íntegra, dos quais nove compuseram a amostra final desta revisão. A análise dos estudos selecionados foi conduzida por meio de uma análise temática, seguindo etapas sistemáticas que incluíram: leitura flutuante e exaustiva dos textos, identificação de núcleos de sentido recorrentes, codificação dos achados e agrupamento temático por similaridade de conteúdos. Esse processo permitiu a síntese interpretativa dos resultados e a construção de eixos analíticos, os quais expressam diferentes dimensões do planejamento reprodutivo e da anticoncepção no contexto da saúde da mulher no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados dos estudos analisados demonstram que o acesso à informação, aos métodos

contraceptivos e a serviços de saúde constitui aspecto central para a autonomia reprodutiva das mulheres brasileiras, evidenciando que o planejamento reprodutivo se configura como uma ferramenta de promoção da liberdade feminina ao possibilitar escolhas conscientes sobre a reprodução (MENDONÇA *et al.*, 2024). Ao mesmo tempo, os resultados revelam a presença de limites estruturais, sociais e institucionais que ainda restringem o pleno exercício desse direito.

A análise interpretativa do material selecionado permitiu identificar avanços importantes no reconhecimento do planejamento reprodutivo como direito, bem como desafios persistentes relacionados às desigualdades sociais, à organização da Atenção Primária à Saúde e às condições de vulnerabilidade que permeiam a experiência reprodutiva de diferentes grupos de mulheres (MARQUES, 2021; PEREIRA *et al.*, 2021; SCIAROTTA, 2021). A partir desse processo, foi possível a identificação de temáticas recorrentes, sistematizadas em três eixos de análise. As categorias, apresentadas a seguir, expressam diferentes dimensões do planejamento reprodutivo e da anticoncepção no contexto da saúde da mulher no Brasil.

Autonomia Reprodutiva em Contextos de Vulnerabilidade Social

A autonomia reprodutiva é fortemente condicionada por determinantes sociais, culturais, econômicos, raciais e institucionais, evidenciando que o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos ocorre de forma desigual no contexto brasileiro. Observa-se também uma lacuna na literatura quanto às relações de gênero e poder, embora seja reconhecida a influência do contexto sociodemográfico. Nesse sentido, Santos *et al.* (2022) destacam a necessidade de ampliar o acesso à informação sobre direitos reprodutivos e fortalecer ações nos serviços de

saúde que contribuam para a redução da coerção reprodutiva e para o fortalecimento da autonomia feminina.

Mulheres vivendo com HIV relatam que os significados atribuídos à reprodução são atravessados por violências estruturais, desigualdades de gênero, raça, geração e território. A persistência do estigma associado ao diagnóstico contribui para o ocultamento da sorologia, limita o acesso efetivo aos direitos sexuais e reprodutivos e impacta negativamente as decisões relacionadas à sexualidade, à prevenção e à maternidade (SCIAROTTA, 2021). Embora existam avanços tecnológicos no cuidado e na prevenção, a biomedicalização isolada é insuficiente diante das barreiras estruturais que moldam as trajetórias reprodutivas dessas mulheres.

Entre mulheres privadas de liberdade, os resultados apontam restrições significativas no acesso ao planejamento reprodutivo, com oferta limitada de métodos contraceptivos, ausência de ações educativas contínuas e forte dependência das regras institucionais do sistema prisional, afetando de forma desproporcional mulheres negras e pobres, que constituem a maior parte da população prisional brasileira. Embora existam amparos legais que asseguram os direitos sexuais e reprodutivos, os estudos evidenciam que a mera previsão normativa não garante o pleno exercício desses direitos. A inobservância das normas e o desrespeito recorrente revelam violações dos direitos sexuais e reprodutivos, evidenciando que o problema central não reside na ausência de legislação, mas na persistência de barreiras estruturais e institucionais que impedem sua efetivação, aprofundando desigualdades e fragilizando a autonomia feminina (PEREIRA *et al.*, 2021).

Estudos com mulheres quilombolas evidenciam que as condições sociodemográficas específicas das comunidades quilombolas influen-

ciam diretamente o perfil de saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres, resultando em descontinuidade do cuidado e menor protagonismo feminino nas decisões reprodutivas. Segundo Marques (2021), a autonomia reprodutiva depende de políticas públicas que assegurem direitos sexuais e reprodutivos considerando as singularidades, as desigualdades e o reconhecimento étnico-cultural das mulheres quilombolas.

Práticas de Cuidado, Saberes e Relação com o Corpo

As práticas de cuidado fundamentadas na escuta qualificada, no diálogo e no reconhecimento da experiência feminina contribuem para o fortalecimento da autonomia reprodutiva e do empoderamento das mulheres em relação ao próprio corpo. Dieguez *et al.* (2021) evidenciam que a valorização dos saberes produzidos pelas usuárias favorece maior adesão aos métodos contraceptivos, satisfação com as escolhas realizadas e percepção ampliada de liberdade reprodutiva.

No entanto, persistem fragilidades no planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde, especialmente nas ações educativas e na avaliação pré-concepcional, o que se reflete no baixo conhecimento das mulheres sobre os métodos disponíveis e na ocorrência de gestações não planejadas decorrentes do uso inadequado ou da descontinuidade dos contraceptivos. Essas limitações, agravadas por dificuldades de acesso aos serviços, reforçam a necessidade de fortalecer ações educativas contínuas, ampliar o acesso, sobretudo a métodos de longa duração, e qualificar o uso do pré-natal e do puerpério como espaços estratégicos para orientação em saúde reprodutiva (PAIXÃO, 2022).

Em contrapartida, Dieguez *et al.* (2021) mostraram que práticas excessivamente medicalizadas, normativas e prescritivas tendem a reduzir o planejamento reprodutivo a um pro-

cesso técnico, esvaziando sua dimensão emancipatória e limitando a participação das mulheres nas decisões sobre sua saúde reprodutiva, o que reforça relações assimétricas de poder e fragiliza o exercício da autonomia. Em resposta a esse cenário, há uma emergência de práticas baseadas na produção de conhecimento ancorada na experiência, na auto-observação, que valorizem o corpo feminino como singular. Essas iniciativas dialogam com movimentos feministas históricos, criticam a medicalização do corpo das mulheres como forma de perda de autonomia e propõem uma reapropriação do corpo, fortalecendo relações mais conscientes, críticas e emancipadas com a sexualidade e a reprodução.

Políticas Públicas e Organização dos Serviços de Saúde

O planejamento reprodutivo no Brasil, para além de métodos contraceptivos utilizados de maneira individual, tornou-se um direito previsto em lei e políticas públicas. Desde a década de 1990, importantes avanços normativos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a elaboração de documentos específicos voltados para adolescentes, consolidaram os direitos sexuais e reprodutivos como eixos centrais das políticas de saúde. Essas iniciativas ampliaram a abordagem para além do controle da fecundidade, passando a incluir a educação sexual, a garantia do sigilo, a autonomia dos sujeitos, o enfoque de gênero e a promoção integral da saúde (CORREA *et al.*, 2006).

Apesar dos progressos alcançados, permanecem fragilidades históricas, como a descontinuidade no fornecimento de insumos, a predominância do uso de métodos irreversíveis, a baixa adesão aos métodos reversíveis e as marcantes desigualdades regionais e socioeconômicas (PINHEIRO; BORGES; FIGUEIREDO, 2024).

Além disso, o planejamento familiar ainda enfrenta obstáculos relevantes que limitam o seu exercício pleno por muitas mulheres, favorecendo a ocorrência de gestações não planejadas, abortos inseguros, aumento da mortalidade feminina e repercussões sociais e econômicas adversas (MENDONÇA *et al.*, 2024).

À luz dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, especialmente aqueles voltados à promoção da igualdade de gênero, o dispositivo intrauterino (DIU) é um exemplo segundo Mendonça *et al.* (2024) que se destaca como um importante instrumento para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos e para a emancipação feminina, uma vez que a redução das barreiras à sua oferta e inserção amplia sua adesão e fortalece escolhas reprodutivas informadas e autônomas. O estudo mostrou que a equipe avaliada apresentou aumento no uso do DIU e no percentual de gestações planejadas, com potencial impacto positivo no perfil demográfico e na autonomia das mulheres, embora pesquisas de longa duração ainda sejam necessárias (MENDONÇA, 2024).

A retomada da Rede Cegonha em 2023 – uma estratégia do SUS voltada à garantia de atenção integral à saúde reprodutiva, ao pré-natal, parto, nascimento e puerpério, assegurando cuidado humanizado à mulher e à criança – mantém o desafio de integrar de maneira mais consistente as ações de contracepção e planejamento reprodutivo à Atenção Primária à Saúde, por meio de investimentos contínuos, qualificação dos profissionais e monitoramento sistemático das práticas contraceptivas (PINHEIRO; BORGES; FIGUEIREDO, 2024). Nesse sentido, assegurar o planejamento reprodutivo como um direito implica enfrentar desigualdades estruturais, fortalecer políticas públicas estáveis e garantir acesso permanente, informado e autônomo aos métodos contraceptivos para a população.

Direitos Reprodutivos no Contexto de Saúde da Mulher

A ampliação dos direitos fundamentais requer a compreensão de quem são seus sujeitos e das vulnerabilidades produzidas por contextos históricos, sociais e culturais. Nesse âmbito, os direitos reprodutivos das mulheres ganham destaque, sobretudo quando articulados à saúde como direito fundamental em constante construção. A noção contemporânea de saúde supera a perspectiva estritamente biológica e passa a abarcar o bem-estar psíquico, individual e social, incorporando as dimensões de gênero e reconhecendo a autonomia como elemento central da vivência reprodutiva (ARAUJO & SÁ, 2023).

No campo do planejamento corporal e reprodutivo, é fundamental examinar os limites normativos e bioéticos que condicionam a liberdade de decisão das mulheres, levando em conta os processos de subjetivação e a complexidade das experiências relacionadas à reprodução, à contracepção e aos projetos parentais. As demandas da saúde feminina, frequentemente invisibilizadas pelo Estado ou pela assistência privada, evidenciam a necessidade de políticas públicas consistentes e de debates qualificados sobre o tema (ARAUJO & SÁ, 2023).

CONCLUSÃO

O presente capítulo revelou que a autonomia reprodutiva das mulheres brasileiras está

condicionada tanto à disponibilidade de métodos contraceptivos quanto às condições sociais, institucionais e territoriais que regulam o acesso a esses recursos. Embora o planejamento reprodutivo seja formalmente reconhecido como um direito no âmbito das políticas públicas de saúde, sua concretização ocorre de maneira desigual, afetando de forma mais intensa grupos historicamente vulnerabilizados.

Os achados evidenciam que fragilidades na organização da assistência, descontinuidades nos cuidados e limitações estruturais dos serviços de saúde comprometem o exercício pleno da autonomia feminina. Tais dificuldades reforçam a necessidade de estratégias que ultrapassem a simples oferta de métodos contraceptivos, incorporando ações contínuas de educação em saúde, acolhimento qualificado e respeito às especificidades socioculturais das mulheres.

Dessa forma, o planejamento reprodutivo contribui como um instrumento efetivo de empoderamento feminino quando integrado a políticas públicas consistentes, educação em saúde e estratégias que assegurem o acesso universal e equitativo aos serviços. Desse modo, é possível promover condições reais para que as mulheres exerçam, de maneira livre e informada, o controle sobre seus corpos e escolhas reprodutivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. T. M. & SÁ, M. F. F. Direitos reprodutivos e a saúde da mulher. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 12, n. 1, p. 08–09, jan./mar. 2023. DOI: 10.17566/ciads.v12i1.1002.
- BRANDÃO, J. D. P.; MACHADO, R. B.; CARDOSO, A. C. F. Knowledge, use, and perception of Brazilian women about contraceptive methods: an observational study. *Women's Health Reports, New Rochelle*, v. 5, n. 1, p. 460–472, 2024. DOI: 10.1089/whr.2023.0185.
- CORRÊA, S.; ALVES, J. E. D.; JANNUZZI, P. D. M. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, S. (org.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP, p. 27–62, 2006.
- DA PAIXÃO, T. T. A vivência da gestante em planejamento reprodutivo na atenção primária à saúde. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Enfermagem do Setor de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Enfermagem. Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2022.
- DIEGUEZ, R. S. M.; ALZUGUIR, F. C. V.; NUCCI, M. F. “Descolonizar o nosso corpo”: ginecologia natural e a produção de conhecimento sobre corpo, sexualidade e processos reprodutivos femininos no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 37, 2021. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v16.11466.
- MACHADO, I. S.; COSTA, J. C.; BRAGA, P. C. *et al.* Determinantes sociais da saúde: acesso de mulheres a métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde. *Revista FT*, v. 29, n. 146, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ni10202505231054.
- MARQUES, G. C. M. Autonomia reprodutiva intergeracional em mulheres quilombolas. Tese (Doutorado em Enfermagem e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- MENDONÇA, M. O. L.; FARIA NETO, E.; CORREIA, I. B. *et al.* Acesso ampliado ao dispositivo intrauterino: impacto de um processo de trabalho promotor da autonomia na anticoncepção. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 19, n. 46, p. 3975, 2024. DOI: 10.5712/rbmfc19(46)3975.
- NADEEM, M.; MALIK, M. I.; ANWAR, M. *et al.* Women's autonomy in decision-making as a facilitating factor for contraceptive use for family planning in Pakistan. *Social Indicators Research*, v. 156, p. 71–89, 2021. DOI: 10.1007/s11205-021-02633-7.
- NILSON, T. V. *et al.* Unplanned pregnancy in Brazil: national study in eight university hospitals. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, p. 35, 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.2023057004449.
- PEREIRA, V. S.; NASCIMENTO, P. M.; CARVALHO, A. L. O. *et al.* Direitos sexuais e direitos reprodutivos na percepção de mulheres privadas de liberdade. *Revista Pesquisa Cuidado é Fundamental (Online)*, v. 16, e11466, 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v16.11466.
- PINHEIRO, A. S.; BORGES, A. L. V.; FIGUEIREDO, R. Planejamento reprodutivo e contracepção nas políticas públicas brasileiras. In: FIGUEIREDO, R.; KALCKMANN, S. (org.). *Métodos de barreira no Brasil: preservativo masculino (externo), feminino (interno) e diafragma para a contracepção e prevenção de IST*. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 59–77, 2024.
- SANTOS, I. N. *et al.* Autonomia reprodutiva entre mulheres: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 96, n. 37, p. e-021220, 30 mar. 2022. DOI: 10.31011/reaid-2022-v.96-n.37-art.1285.